

# IMPLICAÇÕES PAISAGÍSTICAS DO PROCESSO DE EVOLUÇÃO URBANA DE FRANCISCO BELTRÃO/PR<sup>1</sup>

Gilnei Machado<sup>2</sup>

**RESUMO:** O processo de evolução urbana de Francisco Beltrão, localizada no Sudoeste do Paraná, ocorreu embasado em quatro períodos bem distintos ao longo da história de ocupação do município, os quais são denunciados pelas marcas ou implicações que cada um deles deixou na paisagem. Este artigo tem por objetivo analisar cada um destes períodos, buscando identificar os atores sociais ou territoriais envolvidos e o resultado de suas ações impressos na paisagem urbana de Francisco Beltrão. O primeiro período se estende do momento inicial de ocupação do município, por volta de 1922, até a emancipação política do mesmo, em 14 de dezembro de 1951 e sua instalação definitiva em 1952. Fase essa caracterizada pelo desbravamento das terras e florestas. O Segundo Período iniciou-se na época da emancipação e se estendeu até meados da década de 1970, sendo marcado pelos investimentos públicos e privados. O Terceiro Período compreende as décadas de 1970 e 1980, época da intensificação da migração campo-cidade. O quarto Período iniciou-se na década de 1990 sendo caracterizado pela redefinição da cidade nos moldes da política econômica globalizada. A fim de aprofundar o tema da pesquisa realizada resta sugerir a realização do estudo do período atual, o qual denominamos de Quinto Período.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paisagem; evolução urbana; Francisco Beltrão.

## URBAN DEVELOPMENT PROCESS IN FRANCISCO BELTRÃO/PR AND ITS LANDSCAPING IMPLICATIONS

**ABSTRACT:** The process of urban evolution of Francisco Beltrão/PR, was grounded in four distinct periods throughout the history of occupation of the city, which are denounced by the brands or implications that each of them left in the landscape. This article aims to analyze each of these periods in order to identify the actors involved and the social or territorial result of their actions printed in the urban landscape of Francisco Beltrão. The first period extends from the time of initial occupation of the city, around 1922, to the political emancipation, on December 14, 1951 and its final installation in 1952. This phase is characterized by the clearing of land and forests. The second period began in the emancipation period

<sup>1</sup> Esse artigo apresenta parte dos resultados obtidos na tese de doutorado intitulada: “Transformações na Paisagem da Bacia Hidrográfica do Rio Marrecas (SW/PR) e Perspectivas de Desenvolvimento Territorial”, defendida na FCT/UNESP no ano de 2009.

<sup>2</sup> Professor Adjunto I no Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, Coordenador do LAPEGE - Laboratório de Pesquisas em Geografia Física, E-mail: gilnei@uel.br

and lasted until the mid-1970s, marked by public and private investments. The third period covers the 1970s and 1980s, a time of intensified rural-urban migration. The fourth period began in the 1990s and was characterized by the redefinition of the city based on global economic policy. In order to deepen the theme we suggest a new study based in an actual period, which we call "Fifth Period".

**KEY-WORDS:** Landscape; urban development; Francisco Beltrão.

## 1. INTRODUÇÃO

A compreensão da evolução histórica da cidade de Francisco Beltrão, da sua dinâmica política, econômica e social, do crescimento e do desenvolvimento da mesma pode ser alcançada por meio da análise de quatro períodos históricos bem distintos, a saber:

1. Estende-se da fase inicial de ocupação, por volta de 1922, até a emancipação política do município, em 1951. Este período foi marcado pelo desbravamento das terras e florestas;
2. Inicia-se com a emancipação política, em 1951, até meados da década de 1970 e foi marcado pela caracterização da cidade de Francisco Beltrão através dos primeiros investimentos públicos e privados;
3. Compreende as décadas de 1970 e 1980, marcadas pela intensificação da migração campo-cidade e o consequente crescimento populacional, horizontalização e verticalização da cidade de Francisco Beltrão;
4. Iniciou-se na década de 1990 e estende-se até a atualidade, sendo caracterizado pela redefinição da cidade por meio do fortalecimento do setor industrial e de serviços.

Cada um destes períodos pode ser caracterizado pelas marcas que os agentes de produção do espaço urbano deixaram ou deixam na paisagem. Desta maneira, é fundamental para a compreensão das transformações da paisagem urbana de Francisco Beltrão, a análise da sua formação e o exame

de cada um destes períodos e dos acontecimentos que neles tiveram lugar, bem como dos agentes construtores desse espaço.

Cabe destacar que a delimitação precisa de quando começa um período e termina o outro não é possível de ser realizada, uma vez que não existe limite bem definido entre um e outro, mas sim uma série de acontecimentos concomitantes e contínuos.

Salientamos, previamente, que os espaços urbanos são, em geral, os mais dinâmicos no que dizem respeito às transformações na paisagem e que nosso objetivo, nesse momento é analisar essa dinamicidade, quais foram os agentes nela envolvidos e quais as marcas ou implicações paisagísticas deixadas na paisagem urbana de Francisco Beltrão ao longo do tempo. Para isso, passaremos de imediato a uma análise mais detalhada de cada um dos períodos supracitados.

## 2. PRIMEIRO PERÍODO DE TRANSFORMAÇÃO NA PAISAGEM URBANA DE FRANCISCO BELTRÃO: OS PRIMÓDIOS DA OCUPAÇÃO

A primeira fase de transformação da paisagem “urbana” de Francisco Beltrão se estende do momento inicial em que a área começou a ser ocupada, por volta de 1922, até a emancipação política do município em 14 de dezembro de 1951 e sua instalação definitiva em 1952. Essa fase foi caracterizada pelo desbravamento das terras e florestas existentes e implantação das primeiras residências.

O povoamento inicial da área iniciou-se na década de 1920, sendo que os primeiros habitantes, propriamente ditos, foram caboclos provenientes dos Campos de Palmas (Figura 01), que de lá saíram em virtude de seu descontentamento com o trabalho, com o alto custo de vida e com a política “salarial” e com a proibição, por parte de seus patrões do cultivo de horta de subsistência (ABRAMOVAY, 1981).

A existência de uma densa floresta de araucárias, com uma grande quantidade de pés de erva-mate, além dos recursos ligados à água, solo e clima foram as referências que possibilitaram a ocupação inicial da área pelos caboclos. Entretanto, por um longo tempo, parte das terras manteve-

se quase intocada, sem ocupação significativa, uma vez que os seus ocupantes viviam *na* e *da* floresta, mantendo com ela uma relação de dependência (ABRAMOVAY, 1981).

Figura 01: Sudoeste do Estado do Paraná no ano de 1951



Fonte: Mapa digitalizado do original do acervo da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA.

A partir do ano de 1938, o Presidente Getúlio Vargas estabeleceu uma política de colonização e alargamento das fronteiras agrícolas do Brasil através da chamada “Marcha para Oeste”, que buscava a efetiva integração de novas áreas no processo de expansão econômica e tinha por objetivo o deslocamento espacial da força-de-trabalho para regiões férteis, a fim de incrementar a agricultura extensiva, uma vez que era necessário aumentar a produção de alimentos para abastecer os centros urbanos (ABRAMOVAY, 1981).

Um dos principais objetivos de Getúlio Vargas era o preenchimento dos grandes vazios demográficos existentes no país, como era o caso das regiões Sudoeste e Oeste do Estado do Paraná. Com isso, Vargas promoveu a ocupação das regiões de fronteira com a Argentina e o Paraguai, acomodando grupos de agricultores gaúchos e catarinenses que chegavam ao estado.

Na década de 1940, o Sudoeste era constituído por apenas dois grandes municípios os quais se chamavam Clevelândia e Palmas (Figura 01). O primeiro com uma grande área ocupada por florestas de araucária combinada com mata atlântica, com poucos habitantes, e o segundo com uma tradição na criação de gado, ocupado e controlado politicamente por grandes pecuaristas.

O processo de territorialização e de divisão territorial foi acelerado pela chegada de *colonos* gaúchos e catarinenses que, de início, foram se agrupando em pequenas vilas espalhadas por toda a região. A Vila Marrecas (primeiro nome de Francisco Beltrão), localizada às margens do Rio Marrecas foi uma dessas vilas formadas a partir da chegada primeiramente de caboclos e depois de colonos.

A Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), criada pelo Governo Federal no ano de 1943, teve sua sede instalada nessa vila passando a ser a principal instituição ali existente, gerando praticamente toda a renda do povoado. Com a implantação da CANGO é que a Vila começou realmente a crescer, já que ela foi a responsável pela criação da infra-estrutura e das condições básicas para habitação e sobrevivência no local, o que incentivou muitas famílias a se mudarem para lá em busca de melhores condições de vida.

A CANGO, de fato, foi um marco histórico importante na formação da cidade de Francisco Beltrão, na colonização efetiva do Sudoeste paranaense e nas transformações da paisagem seja ela urbana ou rural.

A Vila Marrecas, com a chegada de novos habitantes, desenvolveu-se rapidamente. A expansão da área ocupada e o aumento do número de habitantes foi tão significativa que a Vila, em um período de cerca de 10 anos, já estava sendo elevada à categoria de cidade. Isto consolidou o município no ano de 1951, quando a área que hoje pertence a Francisco

Beltrão se desmembrou de Clevelândia (Figura 01).

Julio Assis Cavalheiro foi quem, na década de 1940, ensaiou os primeiros passos para o planejamento e organização da Vila, ordenando a retirada de casas e abertura de algumas vias e a organização de quadras. Contribuiu também para a abertura da estrada que faz a ligação com Pato Branco, além de, como proprietário de terras na margem direita do Rio Marrecas, vender muitos lotes para imigrantes, doar lotes de terra para a construção da Prefeitura, do Fórum, da Igreja, do hospital e do estádio de futebol.

Com as terras doadas por Julio Assis e por Antonio Faedo, que doou terras para a construção da Praça Central, do Cemitério e do Ginásio de Esportes (Arrudão), a pequeno núcleo urbano que surgia passou a ter condições de instalar os elementos mínimos necessários ao funcionamento da área urbana, o que contribuiu para o desenvolvimento mais acelerado da margem direita do Rio Marrecas, de modo a se tornar o centro da atual cidade.

Esses atores territorializantes se constituíram na elite econômica e política do Sudoeste e, principalmente, de Francisco Beltrão, pois contribuíram para que a cidade se alçasse a um novo patamar político, econômico e paisagístico possibilitando o início da segunda fase de expansão urbana de Francisco Beltrão.

### 3. SEGUNDO PERÍODO DE TRANSFORMAÇÃO NA PAISAGEM URBANA: A VILA SE TORNA CIDADE

Este período iniciou-se, por volta da época da emancipação do município e se estendeu até meados da década de 1970, sendo marcado pela caracterização da cidade através dos investimentos públicos e privados.

Nesse período a cidade recebeu os primeiros investimentos públicos para a construção, a instalação de serviços e a contratação de servidores municipais para a Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, agência do Correios, delegacia, escolas e outros serviços. A centralização de muitos serviços públicos (saúde, por exemplo) em Francisco Beltrão fez com que

esta cidade fosse colocada no patamar de “*pólo regional*” centralizando o atendimento a boa parte dos municípios da região Sudoeste.

Ângelo Camilotti, como prefeito nos anos de 1956 a 1960, investiu na construção de estradas que ligam a malha urbana ao interior do município e outros municípios, além de construir a primeira usina hidrelétrica do município, localizada no Rio Santana (onde deságua o Rio Marrecas), a qual possibilitou a implantação de um número maior de indústrias na cidade. Ângelo Camilotti, como prefeito e industrial, foi um dos responsáveis pela abertura e organização das ruas e quadras da cidade nesse período.

Ao longo de boa parte da segunda fase de expansão urbana, a infraestrutura de Francisco Beltrão também foi incrementada com a atuação do Escritório do GETSOP (Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná) que entre os anos de 1961 a 1973 construiu inúmeras pontes, abriu novos caminhos, picadas, estradas e rodovias.

Em se tratando de investimentos privados, cabe destacar a importância de duas famílias que se mudaram para Francisco Beltrão por volta do ano de 1953, uma delas era a Camilotti e a outra era a Fregonese, ambas investiram na indústria de beneficiamento de madeira de pinheiro. A instalação destas duas empresas tiveram papel importante na geração de emprego, na atração de novos moradores e na transformação da paisagem local e regional pelos desmatamentos resultantes da exploração da madeira.

Outro fator que contribuiu para a expansão da cidade de Francisco Beltrão foi o empobrecimento dos agricultores do Sudoeste, devido ao não pagamento dos empréstimos obtidos por meio das políticas de crédito do Governo Federal para o produtor rural, o que fez com que muitos destes vendessem ou arrendassem suas terras e abandonassem o campo entre décadas de 1960 e 1980 para morar na cidade.

Com isto, ao longo da década de 1960, iniciou-se um processo de urbanização que iria acelerar-se nas duas décadas seguintes, de modo que, para Francisco Beltrão, os problemas relacionados à questão agrária foram decisivos para a reorganização territorial ocorrida nas décadas de 1970 e 1980.

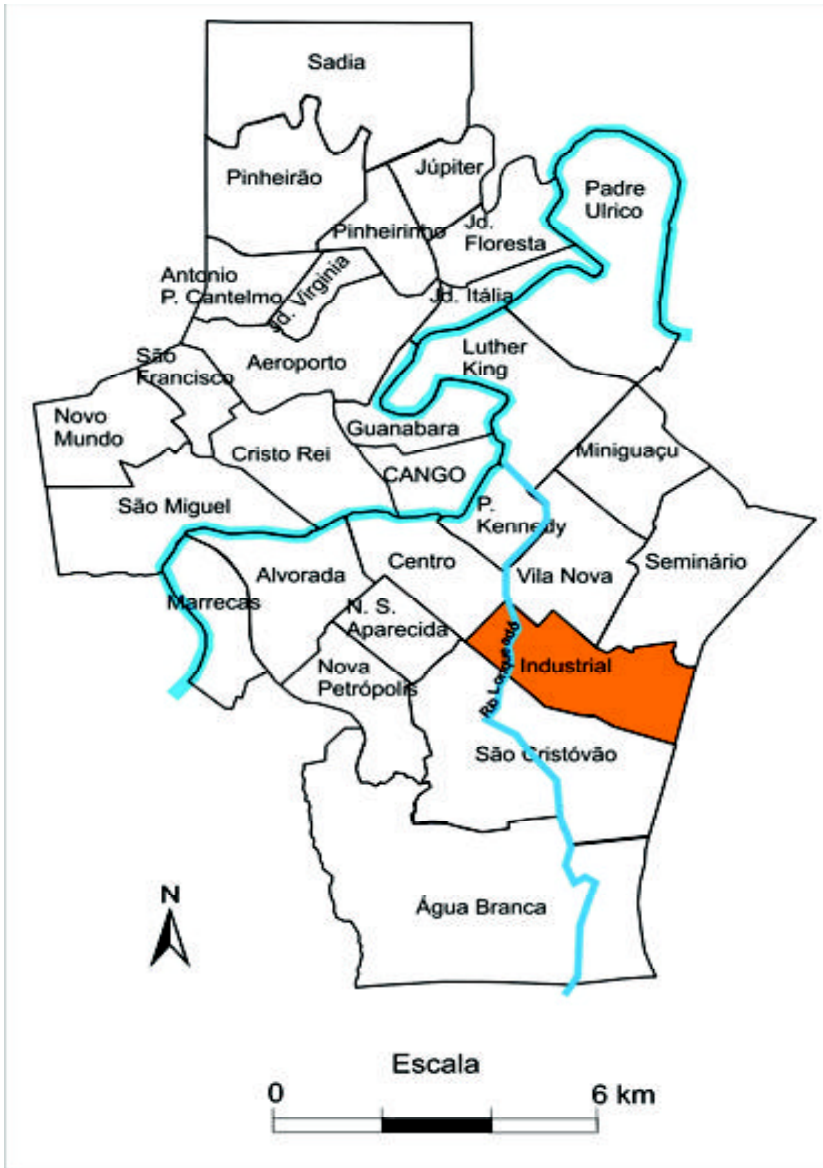
Com os incentivos fiscais concedidos pelo governo municipal, na década de 1960, às indústrias que se instalassem no município, em 1970,

já havia duzentos e setenta e três (IBGE, 1970) estabelecimentos de comércio varejista e atacadista bem como oitenta estabelecimentos industriais, com destaque para o setor madeireiro, mobiliário e de produtos alimentares. Uma verdadeira mudança na paisagem urbana da pequena Francisco Beltrão.

Neste segundo período, os agentes que mais atuaram no sentido de transformar a paisagem urbana foram: Ângelo Camilotti, que como prefeito, organizou o traçado das ruas da nascente cidade. O Getsop e a Cango (atualmente nome de um importante bairro, ver Figura 02), que distribuíram e regularizaram a posse das terras, além de construir pontes, estradas, caminhos, picadas e rodovias. A Igreja, pela construção de vários templos religiosos e pela ocupação de pontos estratégicos como o Morro do Calvário e do Seminário. Os agricultores, que devido às dificuldades financeiras, mas não somente a estas, abandonaram o campo para morar na cidade. A Prefeitura Municipal, por contribuir para a construção da estrutura básica da nova cidade, como é o caso de escolas, correios, delegacia, hospital e os prédios da Prefeitura Municipal e Câmara dos Vereadores, além da Lei de incentivo à instalação de indústrias.



Figura 02: Mapa de Bairros da cidade de Francisco Beltrão em 2009.



Fonte dos Dados: Secretaria de Planejamento de Francisco Beltrão.

Organização da Base Cartográfica: Danielli Batistela (2009).

#### 4. TERCEIRO PERÍODO DE TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA: CRESCIMENTO HORIZONTAL E INDUSTRIALIZAÇÃO

O terceiro período de transformação da paisagem urbana de Francisco Beltrão compreende as décadas de 1970 e 1980, marcadas pela intensificação da migração campo-cidade, tendo como um dos fatores responsáveis por essa migração, a *modernização da agricultura*. A migração campo-cidade contribuiu para que, na década de 1980, a população urbana de Francisco Beltrão já superasse a rural, e para que em 1991, a mesma representasse 74% do total. Esse crescimento urbano pode ser visualizado nos limites ocupados pelo perímetro urbano de Francisco Beltrão, particularmente diferenciando os anos de 1952, 1982 e 1996 (Figura 03).

Buscando um histórico da organização do traçado urbano, podemos notar, por meio da Figura 03, como o mesmo e seu perímetro, mudaram com o passar dos anos. Inicialmente, entre 1932 e 1943, era restrito ao núcleo onde se encontrava instalada a CANGO, atualmente no Bairro homônimo, localizado na margem esquerda do rio Marrecas (Figura 02).

Entre o ano de 1943 e 1952, o perímetro “urbano” da Vila Marrecas foi expandido do núcleo da CANGO, na margem esquerda do Rio Marrecas, também para a área correspondente ao nascente núcleo urbano localizado na margem direita do rio, atual Centro (Figura 02), passando a englobar as terras de Julio Assis Cavalheiro e Luiz Antonio Faedo, as quais estavam sendo loteadas. Após essa delimitação do perímetro, o crescimento ocorreu em todas as direções, englobando tanto terras da área da antiga CANGO, na margem esquerda, quanto da ex-propriedade de Julio Assis Cavalheiro e Luiz Antonio Faedo, na margem direita do Marrecas.

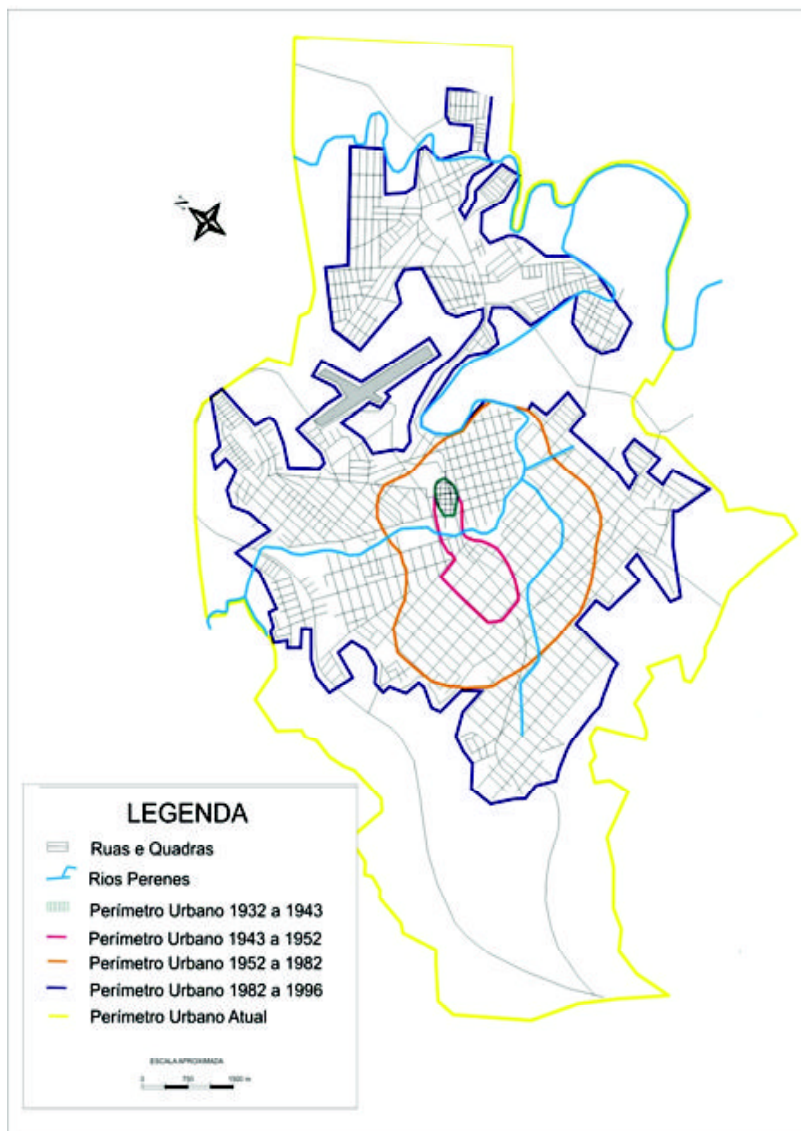
A urbanização acelerada fez com que, na década de 1970, surgissem os primeiros prédios (edifícios) com mais de um andar. A configuração paisagística urbana, até então, era baseada em casas térreas e em casas no estilo sobrado, onde em geral, na parte de baixo funcionava o comércio e na parte de cima a residência dos proprietários. Durante a década de 1970, foram construídos 26 novos prédios sendo desses, 14 com 3 andares, 9 com 4 andares, 2 com cinco andares e apenas um com sete andares. Nessa década, a verticalização atingiu particularmente o centro da cidade de

Francisco Beltrão.

No que diz respeito aos proprietários empreendedores e às construtoras envolvidas nesse processo de verticalização e transformação da paisagem urbana horizontalizada em verticalizada ao longo da década de 1970, de acordo com os dados da Secretaria de Obras e Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Francisco Beltrão, destacam-se:

- **Proprietários empreendedores:** José Armando, Antonio Ivo e Ivanir Schimitz / Isidoro Auache/ Felisbino Soranso/ Dorvalino Masiero/ Manoel Antonio de Andrade/ Oscar Batista da Silva/ Névio Urio, Acyr Miguel Urio, Irma Maria Urio/Firma Mazzocco, Salvati e Cia. Ltda/ Joecy Tártari Giacobbo/ Boaventura Teixeira da Luz, /Setembrino Rossi/Ivo Mezoni /Avelino Rosseto/João Batista Zancanaro/Wolf Paulo Trentin/ Adacy Maria Mella/ Adelmo de Mello;/ Itacy Brocardo, Ivo Bettiato e Espedito Bettiato.

Figura 03: Evolução do Perímetro Urbano de Francisco Beltrão 1932-2009.



Fonte: Secretaria de Obras e Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Francisco Beltrão

- **Empresas construtoras:** Empretec - Alaor Prata Martins e Cia Ltda., Construtora BritaniaLeovan Ltda. (Eng. Civil Tarciso Henrich),

Construtora Dimavi/ Construtora Sudoeste/ Estilos Construções. Eng. Loreni Fenalti da Costa/ Incorporações Província Ltda. (Arquiteto José Diogenes Uady) e Construtora Mainardi, da cidade de Dois Vizinhos.

De acordo com dados da Secretaria de Obras e Urbanismo de Francisco Beltrão, os agentes empreendedores que mais atuaram na cidade naquela década foram: Isidoro Auache, Felisbino Soranso e Adacy Maria Mella. Dos agentes construtores que mais atuaram foram: a EMPRETEC<sup>3</sup>, e a Construtora Sudoeste<sup>4</sup>.

Por meio dessa informação, podemos dizer que esses foram os principais agentes de transformação da paisagem urbana horizontalizada em paisagem urbana verticalizada, pelo menos na década de 1970.

Em se tratando de alteração na paisagem urbana e organização do território, destacam-se as indústrias instaladas. A área que mais se destacou em termos de industrialização no início do processo de ocupação e expansão da cidade de Francisco Beltrão foi o Bairro Industrial (Figura 02). Nos anos 1970 se instalaram ali, indústrias, concessionárias, oficinas, recapadoras, postos de combustíveis, fábricas de móveis, prestadoras de serviços, etc. A transformação da paisagem da área foi significativa, pois a área que há 53 anos era ocupada por pequenos sítios e por mata, deu lugar a um importante bairro industrial.

Os dados da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Francisco Beltrão mostram que data da década de 1970, e principalmente da década de 1980, a estruturação do Bairro Marrecas (Figura 02) e de algumas áreas na chamada “cidade norte”, proximidades onde hoje se encontram os Bairros Pinheiro e Pinheirão (Figura 02). O mesmo se deu no caso do

---

<sup>3</sup> A EMPRETEC – Empreendimentos Técnica e Construções Ltda foi fundada em 1966 por Euclides Scalco e Deni Lineu Schwartz os quais ocuparam importantes cargos políticos. Essa empreiteira construiu no município, de acordo com dados apresentados por CASARIL (2004), 19 edifícios, sendo seis com três pavimentos, nove com quatro pavimentos, dois com sete pavimentos, um com doze pavimentos e um com dezoito pavimentos, além do Edifício Valença localizado no Bairro Vila Nova.

<sup>4</sup> A Construtora Sudoeste foi fundada em 1976, sendo vendida posteriormente para a Família Serraglio. Essa empreiteira construiu no município 12 edifícios acima de 3 pavimentos, dos quais um possui três pavimentos, dois condomínios com 4 pavimentos um com quatro blocos e outro com três blocos, dois edifícios com quatro pavimentos, um com oito pavimentos, dois com treze pavimentos, um com 14 pavimentos e dois com 18 pavimentos, além dos edifícios *Hatenas* e *Dom Bosco*, ambos com 4 pavimentos com 4 apartamentos por andar (CASARIL, 2004).

Bairro Marrecas, que foi criado através da Lei Municipal nº 458/73, de 11 de outubro de 1973 e teve suas divisas alteradas pela Lei 013/99 (Súmula de Leis, 1965-2003).

No ano 2000, o Bairro Marrecas possuía 1837 habitantes e 518 domicílios (IBGE, 2000), além de ser um bairro importante em termos de industrialização, pois se encontravam nele instaladas as indústrias Duramax, os laticínios Latco, as Carrocerias Lazzarin, a Distribuidora de Bebidas Damiani e de Ferro Bertovel e outras. As famílias pioneiras desse bairro foram: os Duarte, os Santos, os Andretti, os Ozório, os Galvan, os Gazzola, os Zonta, os Brezolin, famílias que em sua maioria criaram algum tipo de empreendimento industrial ali.

Um contribuição significativa para a implantação das mudanças na paisagem urbana de Francisco Beltrão foi a complementação das Leis 503/75 e nº 504/75, pela Lei municipal nº 779 que regulamentou, de forma mais precisa, o loteamento urbano, o arruamento e o desmembramento de terrenos na cidade de Francisco Beltrão. Essa lei tratou de questões que as outras duas leis não contemplavam e estipulou as regras para o estabelecimento de loteamentos em áreas impróprias e a ocupação de terrenos “irregulares”, como aqueles sujeitos a inundações ou que são atravessados por cursos d’água, que necessitem de alguma obra de engenharia para a melhoria do escoamento. Essa lei salientava a importância e obrigatoriedade da existência de uma faixa de preservação às margens dos rios do município, a qual dependeria da largura do rio em questão.

Em 1987, a aprovação da Lei nº 1303/87, estabeleceu novos critérios para a aprovação de loteamentos urbanos, arruamento e desmembramento de terrenos no município de Francisco Beltrão. Baseada na lei anterior, a 779/80, ela trata com maior especificidade cada um dos artigos, dando maior atenção para os casos de loteamentos na área de expansão urbana. Tal lei se tornou necessária devido ao fato de novas áreas terem sido anexadas à cidade e ao crescimento dos loteamentos particulares para fins residenciais e industriais.

A implantação dessas leis, nas décadas de 1970 e 1980, promoveu alterações estruturais, econômicas e territoriais importantes para a sociedade Beltronense, pois inibiram os loteamentos clandestinos e exigiram a

regulamentação dos existentes. Essa foi uma das formas encontradas para direcionar o crescimento urbano e entregá-lo nas mãos de agentes imobiliários historicamente reconhecidos.

Agindo em conformidade com as leis criadas no município, a partir da década de 1970, o poder público local fez contatos com a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), ligada ao Governo do Estado, para a construção de conjuntos habitacionais. A efetivação deste contato só foi ocorrer ao longo da década de 1980, quando começou a ser construída a maioria dos conjuntos habitacionais de Francisco Beltrão. Tais construções tiveram sequência na década de 1990 e o estabelecimento desses conjuntos habitacionais ocorreu justamente na época em que a população urbana mais crescia.

Ao longo da década de 1980, a paisagem urbana recebe um novo impulso de transformação, pois naquela década foram construídos 07 novos conjuntos habitacionais (Tabela 01) na cidade de Francisco Beltrão, com um total aproximado de 615 novas casas e 251.928 m<sup>2</sup> de área construída.

Tabela 01: Conjuntos habitacionais construídos na década de 1980 - Francisco Beltrão.

Conjunto Habitacional	Bairro	Nº de Casas	Data da Inauguração	Área m <sup>2</sup>
Dra Diva S. Martins	Entre Rios	135	05/1981	74.394
Jardim Floresta I	Jardim Floresta	30	12/1986	8.880
Jardim Floresta II	Jardim Floresta	208	06/1987	57.612
Jardim Floresta III	Jardim Floresta	92	06/1988	27.069
Padre Ulrico I	Padre Ulrico	78	11/1980	45.375
Padre Ulrico II	Padre Ulrico	40	11/1980	28.453
São Miguel	São Miguel	32	09/1988	10.145
<b>Totais</b>	<b>7</b>	<b>615</b>		<b>251.928</b>

FONTE: COHAPAR – Escritório Regional de Francisco Beltrão.

Com a construção destes conjuntos habitacionais ocorreu a expansão horizontal (horizontalização) da cidade de Francisco Beltrão em 251.928 m<sup>2</sup>, logicamente que a área construída foi maior do que a registrada pelos conjuntos habitacionais, uma vez que muitos espaços vazios existentes nas proximidades da área central foram ocupados e a área de alguns bairros ampliada.

Quase todos os bairros da “Cidade Norte” são resultado de conjuntos habitacionais construídos por meio da parceria da Prefeitura Municipal com a Caixa Econômica Federal e a COHAPAR, exceto os Bairros Pinheirinho e o Pinheirão, que surgiram de ocupações irregulares. O grande atrativo para essa população, que se dirigiu para a zona norte da cidade foram as indústrias instaladas ali. Inicialmente a “Chapecó” e posteriormente a Sadia.

Dessa maneira, pode-se salientar que as indústrias que se instalaram na “Cidade Norte” foram um dos elementos determinantes de transformação da paisagem naquela área, mas não apenas lá, também em outras da cidade, devido à movimentação da economia, geração de emprego e renda, e no espaço rural pela integração de agricultores familiares.

Com a implantação da Chapecó S.A (hoje Sadia), na zona norte da cidade, houve a expansão urbana naquela área. Este abatedouro, juntamente com as políticas públicas de direcionamento do crescimento foram os grandes responsáveis pelo crescimento horizontal e o surgimento dos Bairros Pinheirinho, Pinheirão, Sadia, Jardim Virginia, Antonio de Paiva Cantelmo, Jardim Floresta e Padre Ulrico (Figura 02) na zona norte.

A paisagem urbana começava a ser organizada em duas partes significativamente distintas: a área central, composta pelos bairros Centro, Presidente Kennedy, Miniguaçu, Vila Nova, Industrial, Nossa Senhora Aparecida e Alvorada (Figura 02), ocupada principalmente por pessoas das classes alta e média e a periferia, composta pelos bairros mencionados no parágrafo anterior mais os bairros Novo Mundo, São Miguel, Pinheirinho, Pinheirão e Padre Ulrico, ocupados, em geral, por pessoas de classe baixa (pobres).

Com a expansão do tecido urbano, ocorrido ao longo da década de 1980, foi levada infraestrutura (asfalto, energia elétrica, água encanada, sistema de transportes, etc.) para áreas onde, até então, a mesma não existia,



alterando significativamente a paisagem de muitas parcelas da cidade.

A ocupação das áreas periféricas da cidade ocorreu, em geral, com casas simples de piso térreo e com algumas exceções com sobrados, podendo-se, por isso, enquadrá-la como horizontal, configurando uma paisagem urbana horizontalizada. A parte central, porém, caracterizou-se pela proliferação de prédios de pequena e média altura (com até 10 pavimentos) caracterizando uma paisagem urbana verticalizada.

No que diz respeito à verticalização em Francisco Beltrão, podemos dizer que, a década de 1980, representou um período de *boom*, pois foi naquela década que a maioria dos prédios da cidade foi construída e que os prédios com mais de dez pavimentos surgiram na paisagem.

Por meio de dados fornecidos pela Secretaria de Planejamento e Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão pode-se verificar que, o processo de verticalização em Francisco Beltrão intensificou-se nos anos 1980, quando foram construídos 38 prédios sendo: 12 com 3 pavimentos, 12 com 4 pavimentos (sendo um condomínio de quatro blocos com quatro andares cada um, o que somariam 15 prédios com 4 andares), 2 prédios de cinco andares, 1 de seis, 3 de sete pavimentos, 1 de nove pavimentos, 1 de doze pavimentos, 2 de treze pavimentos, 1 de quatorze, 1 de dezessete, e 2 de dezoito pavimentos.

Percebe-se que, em relação à década anterior, isto é, 1970, muitas ruas mantiveram a tendência de verticalização, particularmente as Avenidas Julio Assis e Vereador Romeu Lauro Werlang (no Centro), ocorrendo a expansão dessa verticalização para áreas até então horizontalizadas como as ruas Nossa Senhora das Graças (na Congo), ruas Londrina e Porto Alegre (no Bairro Alvorada), ruas Guanabara, Brasília e Clevelândia. (na Vila Nova) e Rua Palmas e (no Centro).

## 5. QUARTO PERÍODO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO: ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O quarto período de transformação na paisagem urbana de Francisco Beltrão iniciou-se na década de 1990 e estende-se até os dias atuais, sendo

caracterizado pela redefinição da cidade nos moldes da política econômica globalizada, isto é, quando a cidade começa a se estruturar como outras cidades brasileiras ou estrangeiras, em termos de organização espacial. Nesse contexto, surgem dois pontos de discussão: o primeiro diz respeito à descentralização política e à participação popular nas decisões locais e o segundo refere-se às parcerias realizadas entre o setor público e o privado.

A descentralização política a que nos referimos diz respeito àquela promovida pelo Governo Federal e à passagem das responsabilidades de promoção do bem-estar social e do desenvolvimento econômico aos municípios. A participação da sociedade, por sua vez, pode ser exemplificada com o surgimento de programas que atendem interesses sociais e de agentes específicos, como é o caso da construção de casas próprias em conjuntos habitacionais ou loteamentos particulares.

Grande parte dos investimentos realizados, visando melhorias na cidade de Francisco Beltrão, foi conseguida por meio da Política para o Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Paraná (PDU) e do PARANACIDADE, que é um plano de ação vinculado à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (SEDU) e que tem por objetivo promover ações destinadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios paranaenses.

Esse período apresenta-se com um dinamismo diferenciado dos demais, pois se caracteriza pela intensificação das atividades de construção civil no espaço urbano pela iniciativa privada, pelo aparecimento de prédios mais altos no centro da cidade, pela instalação de novos parques industriais, pelo surgimento de loteamentos e condomínios (alguns deles fechados) e pelo processo disfarçado e ordenado de “limpeza” do espaço central pelo Governo Municipal por meio da adoção de novas políticas de administração.

As duas décadas que compreendem o quarto período (anos 1990 e 2000) de mudanças na paisagem urbana de Francisco Beltrão foram, possivelmente, as mais dinâmicas em termos ocupação do espaço e de transformações na paisagem. O crescimento da cidade deu-se de duas maneiras: uma que se pode chamar de crescimento propriamente dito, e outra que se pode chamar de adensamento, a primeira distribuindo-se horizontalmente no espaço e na paisagem e a segunda no sentido vertical.

Durante a década de 1990, a Prefeitura de Francisco Beltrão, por meio de sua Política Habitacional, continuou construindo unidades habitacionais para atender a população de baixa renda. Essas construções, em geral, ocorreram por meio de parcerias com a iniciativa privada e com a administração Estadual e Federal. Dessa maneira, o acesso da população de baixa renda à casa própria foi facilitado pela associação da Prefeitura Municipal com entidades como a COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná), ligada ao governo do estado, e a Caixa Econômica Federal que, respectivamente, construíram e financiaram centenas de casas na periferia da cidade, o que resultou na criação e formação de vários loteamentos na parte Norte da cidade.

A Tabela 02 apresenta os conjuntos habitacionais e loteamentos construídos entre o ano de 1990 e 2000, bem como a área de cada um deles. Por meio dela pode-se notar que, em apenas uma década, foram construídos 40 conjuntos habitacionais e loteamentos que contribuíram para que a malha urbana crescesse horizontalmente em cerca de 1.768,290 m<sup>2</sup>. Os loteamentos e conjuntos habitacionais que mais se destacaram em termos de área (+ de 50.000 m<sup>2</sup>) foram: Conjunto Habitacional Santa Rosa, Loteamento Zancanaro, Loteamento Santa Marta, Loteamento Esperança I, Loteamento Pavam, Loteamentos Kit Abdala I e II, Loteamento Borghesan, Loteamento Beltrão, Loteamento Tucuman e Loteamento Universitário I. Além desses, destacam-se pela área e por mais tarde tornarem-se bairros: o Conjunto Habitacional Júpiter, Conjunto Residencial Plutão, Jardim Itália I, Conjunto Habitacional Novo Mundo, Loteamento Beija-Flor e Loteamento Jardim Virginia (Figura 02).

A construção de conjuntos habitacionais e a abertura de novos loteamentos, bem como a estruturação de novos bairros favoreceram construtoras, políticos, industriais, lojas de materiais de construção, proprietários das áreas ocupadas e das proximidades delas, devido à valorização do entorno e à movimentação econômica que geram. Há um conjunto de agentes sociais que interferem diretamente na organização do espaço urbano e nas transformações da paisagem. Essa interferência ocorre centrada na especulação imobiliária e no loteamento de áreas até então desocupadas, os chamados *vazios urbanos*.

Uma observação mais detalhada dos alvarás expedidos pela Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão (Tabela 03) permite notar que as obras realizadas na cidade foram consideravelmente impactantes no território e na paisagem urbana entre 1989 e 2000, uma vez que foram autorizados 799.270,42 m<sup>2</sup> de área construída.

Em termos de município de Francisco Beltrão, cuja área total é igual a 24.394.272,25 m<sup>2</sup>, cerca de 2.743.182,24 m<sup>2</sup> estavam ocupados, em 2008, por área construída ou edificada, incluindo os espaços urbanos e rurais.

É importante destacar que a horizontalização e a verticalização na cidade aceleraram-se significativamente nos 20 anos correspondentes ao quarto período. Somente em loteamentos e conjuntos habitacionais foram ocupados, entre 1990 e 2000, cerca de 1.768.290 m<sup>2</sup>, o que denota uma transformação significativa na paisagem urbana, conforme já mencionamos.

Tabela 02: Áreas acrescidas à malha urbana de Francisco Beltrão entre 1990 e 2000.

Nome do Loteamento ou Conjunto Habitacional	Ano de Construção	Área Total do Loteamento (m <sup>2</sup> )
1. Conjunto residencial Plutão	1990	76.500
2. Conjunto Habitacional Santa Rosa	1991	48.440
3. Conjunto Habitacional Júpiter	1991	71.404
4. Loteamento Zancanaro	1993	57.623
5. Jardim Itália I	1993	221.013
6. Loteamento Hellman	1994	27.801
7. Jardim Santa Marta	1994	61.091
8. Conjunto Habitacional Novo Mundo	1994	76.524
9. Loteamento Esperança I	1994	84.272
10. Loteamento Zanela	1995	6.050
11. Loteamento Beija-Flor	1996	65.400
12. Loteamento Vieira	1996	28.907
13. Loteamento Cogo	1996	16.136
14. Loteamento Elza Celuppi	1996	35.702
15. Loteamento Portal do Sol	1996	45.000
16. Loteamento Lino Francis Francisker	1996	6.050
17. Loteamento Pavam	1996	64.144
18. Loteamento Idalino Balbinote	1996	5.610
19. Loteamento Vedana	1996	23.025

20. Loteamento Daros	1997	30.970
21. Loteamento Volta	1997	20.828
22. Loteamento Kit Abdala I	1997	93.120
23. Loteamento Kit Abdala II	1998	69.145
24. Loteamento Maria Dandolini Gazola	1999	3.577
25. Loteamento Graciani	1999	42.672
26. Loteamento Jardim Virginia	1999	54.109
27. Loteamento Bachmann	1999	17.210
28. Loteamento Fiorindo Zanela	1999	9.252
29. Loteamento Nair Godoi	2000	12.100
30. Loteamento Borghesan	2000	55.919
31. Loteamento Beltrão Comércio de Lotes	2000	60.313
32. Loteamento Rafael Turmina I	2000	10.000
33. Loteamento Trevizol	2000	24.200
34. Loteamento Antonio Laurindo	2000	46.992
35. Loteamento Gemma Marina Cembrani	2000	6.196
36. Loteamento Rafael Turmina II	2000	4.395
37. Loteamento Tucumann	2000	108.000
38. Loteamento Universitário I	2000	50.000
39. Loteamento Universitário II	2000	10.000
40. Loteamento Parise	2000	18.600
<b>Total:</b>	<b>40</b>	<b>1.768.290</b>

Fonte dos Dados: Secretaria de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão (2007).

Entre 2005 e 2008, a área construída constante nos alvarás da Prefeitura Municipal está mais diretamente relacionada à verticalização e construção em terrenos da cidade que no estabelecimento de novos conjuntos habitacionais ou loteamentos. Com o aumento do número de construções, a paisagem urbana de Francisco Beltrão que era caracteristicamente horizontalizada passou a se tornar verticalizada. Aquele movimento de formação de novos loteamentos e bairros periféricos, mais recentemente, acontece no “interior” da cidade, principalmente através da construção de edifícios e pequenos condomínios fechados.

Tabela 03: Alvarás de obras expedidos e área construída no período 1989 – 2008

Ano	Período	Nº de alvarás expedidos	Área total Construída
1989	01/01 a 31/12	521	80.865,04 m <sup>2</sup>
1990	01/01 a 31/12	452	62.786,68 m <sup>2</sup>
1991	01/01/ a 31/12	519	62.022,81 m <sup>2</sup>
1992	01/01 a 31/12	427	52.872,67 m <sup>2</sup>
1993	01/01 a 31/12	552	79.326,55 m <sup>2</sup>
1994	01/01 a 31/12	524	65.861,78 m <sup>2</sup>
1995	01/01 a 31/12	553	71.295,02 m <sup>2</sup>
1996	01/01 a 31/12	506	94.086,95 m <sup>2</sup>
1997	01/01 a 31/12	581	62.005,79 m <sup>2</sup>
1998	01/01 a 31/12	522	62.773,6 m <sup>2</sup>
1999	01/01 a 31/12	440	48.018,35 m <sup>2</sup>
2000	01/01 a 31/12	321	57.355,18 m <sup>2</sup>
2001	01/01 a 31/12	320	48.753,72 m <sup>2</sup>
2002	01/01 a 31/12	375	84.921,25 m <sup>2</sup>
2003	01/01 a 31/12	357	75.045,11 m <sup>2</sup>
2004	01/01 a 31/12	427	76.581,77 m <sup>2</sup>
2005	01/01 a 31/12	557	109.403,00 m <sup>2</sup>
2006	01/01 a 31/12	605	123.723,13 m <sup>2</sup>
2007	01/01 a 31/12	611	131.597,23 m <sup>2</sup>
2008	01/01 a 31/12	622	184.174,32 m <sup>2</sup>
<b>Totais</b>	<b>20 anos</b>	<b>9.792</b>	<b>1.633.469,95 m<sup>2</sup></b>

Fonte dos Dados: Secretaria de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. Organizado por MACHADO (2009).

Observando os dados referentes aos alvarás, notamos um destaque para os anos 1989, 1993, 1996, 2002 e para o período 2005-2008 no total da área construída autorizada pela Prefeitura Municipal. Isto revela uma processualidade histórica de crescimento do espaço urbano (horizontal e vertical) e uma maior intensidade da construção civil nos últimos anos.

Durante a década de 1990 foram construídos, de acordo com dados cedidos pela Secretaria de Urbanismo e Secretaria de Obras da Prefeitura de Francisco Beltrão, na cidade, o total de 52 prédios, sendo 16 de 3 andares, 28 de 4 andares (uma dessas construções de 4 andares era constituída por 3 blocos, desta forma, soma-se mais 2 prédios aos 28 contados, perfazendo um total de 30 prédios), 4 de 5 andares, 1 de 6

andares, 1 de 8 pavimentos, 1 com 22 e 1 com 23.

A verticalização que, durante as décadas de 1970 e 1980, estava circunscrita ao bairro do Centro e adjacências, ampliou-se atingindo bairros mais distantes como o Jardim Virginia, Miniguaçu e Vila Nova; são novas materializações do território e elementos da paisagem construída.

Por meio da análise dos dados foi possível perceber que a grande maioria dos prédios construídos na década de 1990 tinha endereço certo, isto é, o Bairro Vila Nova. O que mostra a grande influência da localização da Universidade (UNIOESTE – antiga FACIBEL) na valorização do espaço desse Bairro. Essa valorização continua a ocorrer influenciada pela expansão da área construída no Campus devido a abertura de novos cursos e a intensificação do uso do espaço universitário por cursos diurnos como Direito e Administração.

O processo de verticalização está em pleno andamento. Em trabalho de campo realizado no mês de fevereiro de 2009 foi possível identificar, apenas no centro da cidade (margem direita do Rio Marrecas), mais de 40 construções, das quais foram fotografadas 22 para comporem a base do debate realizado por MACHADO (2009). Essas construções são caracterizadas por ampliações verticais e reformas de casas e prédios já existentes e mesmo pela construção de novos prédios, o que é a grande maioria.

Tal fato permite-nos afirmar que o mercado imobiliário de Francisco Beltrão está em franca expansão, em completa atividade, visando atender as necessidades de habitação da população residente e dos imigrantes que chegam em busca de oportunidades de trabalho. Essa expansão está se caracterizando pela verticalização em áreas periféricas.

Um fragmento da entrevista por nós realizada com Ermiliane Denize Risello, funcionária da Imobiliária Serraglio Imóveis, revela um aspecto fundamental que impulsiona a construção civil: *“a demanda por imóveis é muito grande (em Francisco Beltrão) e ainda é pouca a oferta”*. Isso contribui para que o mercado imobiliário se torne bastante dinâmico, fazendo com que famílias aluguem quartos em suas casas, construam “Kitnets”, edículas e adquiram terrenos em áreas periféricas para a construção de casas, condomínios ou pequenos edifícios para aluguel.

Segundo informações da Secretaria de Planejamento da cidade de Francisco Beltrão, muitos dos novos loteamentos e conjuntos habitacionais construídos na cidade, entre o ano de 1990 e 2008, foram idealizados para atender pessoas carentes que moravam em áreas de risco de inundação e enchente, deslizamento, desmoronamento ou desabamento. Porém, um simples passeio pela área urbana mostra-nos que a estratégia da Prefeitura, colocada em prática nesses últimos anos, não tem surtido o efeito desejado, pois ainda hoje são encontradas inúmeras famílias vivendo em situação de risco em margens de córregos e rios. As ocupações irregulares continuam a fazer parte da paisagem urbana, apesar dos esforços da administração municipal.

Em se tratando de esforços da administração municipal, para a regularização e organização paisagística da área urbana, a década de 1990 recebe destaque especial, pois foi nesse período que o Executivo, com a colaboração do Legislativo Beltronense, instituiu a Lei Nº 2543 de 29 de outubro de 1996, denominada de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Francisco Beltrão.

O PDDU “é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana”, que tem como objetivo ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantir o bem estar de seus habitantes, sendo a principal referência normatizadora das relações entre o cidadão, as instituições e o meio físico urbano. Esta é a principal Lei que direciona as políticas da administração pública (Artigo 182 da Constituição Federal). Os objetivos e princípios do PDDU se tornaram a principal referência para a elaboração de qualquer ação, proposta, programa, atividade ou projeto na cidade de Francisco Beltrão. É por esta razão que afirmamos que as políticas públicas municipais direcionaram e direcionam o crescimento urbano e as modificações na paisagem.

Um dos objetivos da administração municipal ao organizar o PDDU era de intensificar a ocupação do sítio urbano e distribuir os usos e intensidades de ocupação da terra de forma equilibrada em relação à infraestrutura disponível, aos transportes e ao meio ambiente, de modo a evitar ociosidade e sobrecarga dos investimentos coletivos (Artigo 37, I e II). Dessa maneira, o crescimento urbano deveria ser direcionado de tal



forma a “evitar o crescimento desordenado”, os chamados “vazios urbanos”. É a paisagem urbana sendo transformada por meio das políticas públicas.

Para atingir os objetivos do CDDU foram estipulados os usos que se poderia fazer de cada parcela da cidade, isso é, foi estabelecido o *zoneamento* urbano. A cidade de Francisco Beltrão foi dividida 15 em *zonas*, as quais foram denominadas de acordo com o exposto na Tabela 04.

Tabela 04: Macrozoneamento do perímetro urbano de Francisco Beltrão.

1	ZC	Zona Central
2	ZCS	Zona de Comércio e Serviços
3	ZSI	Zona de Serviços e Indústria
4	ZI1	Zona Industrial 1
5	ZI2	Zona Industrial 2
6	ZCS2	Zona de Comércio e Serviços 2
7	AS	Setor Aeroviário
8	ZUM 1	Zona de Uso Misto 1
9	ZUM 2	Zona de Uso Misto 2
10	ZPA	Zona do Parque do Aeroporto
11	ZPAV	Zona de Proteção de Área Verde
12	ZPP	Zona de Preservação Permanente
13	SPQ	Setor de Parque
14	ZRO	Zona de Restrição à Ocupação
15	ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

Fonte: LEI Nº 3384/2007 que trata do Zoneamento do Uso e Ocupação da terra Urbana. (PDDU).

A Lei municipal que estabelece o zoneamento da cidade de Francisco Beltrão contribuiu de modo definitivo para a definição e o estabelecimento da paisagem urbana e marca o início de outro período de construção dessa paisagem, o que poderíamos denominar de *Quinto Período*, o qual ainda deverá ser estudado, pesquisado, analisado e debatido, pois está em fase de construção.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo de urbanização de Francisco Beltrão mostrou-nos que o mesmo pode ser dividido em quatro importantes períodos, cada qual com as suas peculiaridades, em termos de agentes e ações, bem como, com resultados específicos na paisagem. Cabe aqui, salientar quais foram esses agentes e os resultados de suas ações visualizados na paisagem.

No que diz respeito ao primeiro período, que se estendeu de 1922 a 1952, destacam-se: os caboclos provenientes dos Campos de Palmas, que abriram as primeiras picadas e instituíram as primeiras lavouras na região; o Presidente Getúlio Vargas, que incentivou a partir de 1938 a ocupação dos vazios demográficos e as áreas de fronteira (Marcha para o Oeste); os colonos gaúchos e catarinenses que para lá se deslocaram desde a década de 1940; Ângelo Camilotti e a Família Fregonese que, como donos de madeireira, promoveram o desmatamento de centenas de hectares ocupados com mata de araucária; a CANGO, que foi responsável por incentivar a chegada de centenas de famílias de agricultores à região e por efetivar a ocupação das terras e construir a infraestrutura básica para a formação do núcleo urbano; Julio Assis Cavalheiro e Luiz Antonio Faedo que, como proprietários das terras localizadas na margem direita do Rio Marrecas, promoveram o loteamento das mesmas e doaram muitos terrenos para a administração pública para a instalação de órgãos públicos; e o governo do estado do Paraná que promoveu o desmembramento do município de Francisco Beltrão de Clevelândia.

No que tange ao segundo período, que se estende de 1952 a 1970, merecem destaque: Ângelo Camilotti, que como prefeito, regularizou e abriu novas ruas e quadras na cidade de Francisco Beltrão; O GETSOP, que distribuiu e regularizou as terras do Sudoeste, além de construir pontes, estradas e outras infraestruturas; a Igreja (católica), por se alojar em pontos estratégicos da cidade e por influenciar na organização do espaço urbano; os agricultores que vieram do campo para morar na cidade, trazendo consigo os seus usos e costumes, inclusive o do plantio em terrenos baldios (vazios) e a Prefeitura Municipal pela instituição de leis de incentivo à industrialização na década de 1960.

No terceiro período, por sua vez, destacaram-se: a Prefeitura Municipal, por meio de leis e códigos que disciplinaram a ocupação do espaço urbano; as indústrias, como é o caso da Marel e Chapecó (Sadia), que contribuíram para atrair moradores para as suas proximidades, promovendo a urbanização de muitas áreas, particularmente da zona norte; as construtoras e incorporadoras, como a Engebel, Empretec, Construtora Sudoeste, Dimavi, BritaniaLeovan, Estilos, Mainardi etc.; as imobiliárias e os proprietários de terra (terrenos), que lotearam e venderam muitas áreas da cidade e, por fim, a Prefeitura Municipal que, em conjunto com a COHAPAR e a Caixa Econômica Federal construíram inúmeros loteamentos e conjuntos habitacionais.

Dos agentes territorializantes que tiveram participação ativa na transformação da paisagem urbana de Francisco Beltrão, ao longo do 4º período de desenvolvimento dessa área podemos destacar: a COHAPAR, por sua participação na construção de casas populares em loteamentos da cidade; a Caixa Econômica Federal, por financiar as obras e a compra de casas populares em loteamentos; a população em geral, por ocupar áreas de risco e áreas verdes, obrigando a prefeitura a regularizá-las, e pela autoconstrução; os proprietários de terra e especuladores; a Prefeitura Municipal com a parceria do Estado, pela canalização de córregos, implantação de equipamentos de serviços públicos, implantação dos distritos industriais, construção do Parque Alvorada, pela busca da construção do Centro de Detenção, do Contorno Leste-Sul e do Hospital Regional, e principalmente pela implementação do PDDU que estimulou a ocupação dos vazios urbanos; as Pedreiras Motter e Bordignon – pela transformação da paisagem *in loco*, isto é, na área de atuação da pedra e pela oferta de matéria-prima para construção civil; a UNIOESTE (antiga FACIBEL), por auxiliar na valorização dos terrenos na Vila Nova e “interferir” na construção de prédios para habitação e aluguel; a UNIPAR, por auxiliar na valorização dos terrenos no Bairro Industrial; a UNISEP - por auxiliar na valorização dos terrenos no Bairro Miniguaçu e Seminário; as Indústrias como a Sadia, Marel e outras, por atraírem para as suas proximidades um grande contingente populacional; as famílias tradicionais da cidade – pelo loteamento de parte de suas terras e pela construção de muitos dos prédios

da cidade; os agentes imobiliários como Serraglio e Casaril – pela participação na construção, comercialização e especulação imobiliária; e por fim, os políticos, industriais e donos de lojas de materiais de construção.

Há um conjunto considerável de atores públicos e privados que planejam e executam projetos e obras de reordenamento da cidade, interferindo diretamente no território e na paisagem de Francisco Beltrão. Todos são historicamente condicionados e estão articulados, num complexo jogo de poder e interesses que acelera cada vez mais a urbanização e as mudanças na paisagem.

## 7. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense**. São Paulo: USP, 1981. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais).

BRASIL, **Lei nº 10.257**, de 10 de Julho de 2001, Estatuto da Cidade.

CASARIL, C. **Capital imobiliário e verticalização urbana em Francisco Beltrão – PR** – Monografia (Curso de Graduação em Geografia), Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

FRANCISCO BELTRÃO. **Decreto-lei n. 458**, de 11 de outubro de 1973. Define a área urbana da cidade de Francisco Beltrão, estabelece o perímetro urbano e dá outras providências. **Súmula das Leis Municipais**. 1973.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n. 504**, de 11 de abril de 1975. Estabelece proibições de fracionamento de terrenos urbanos da cidade de Francisco Beltrão. **Súmula das Leis Municipais**. 1975.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n. 503**, de 11 de abril de 1975. Fixa normas para as construções de prédios na Zona Central da Cidade de Francisco Beltrão. **Súmula das Leis Municipais**. 1975.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n. 779**, de 30 de abril de 1980. Regula o loteamento urbano, arruamento e remembramento de terrenos no Município de Francisco Beltrão. **Súmula das Leis Municipais**. 1980.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n. 1.303**, de 09 de abril de 1987. Estabelece critérios para a aprovação de loteamentos urbanos, arruamento e remembramento de terrenos no Município de Francisco Beltrão. **Súmula das Leis Municipais**. 1987.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 2.543**, de 29 de outubro de 1996 (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU).

FRANCISCO BELTRÃO. **Súmula das Leis Municipais**. 1965-2003.

\_\_\_\_\_, **LEI Nº 3384/2007**, que trata do Zoneamento do Uso e Ocupação da terra Urbana.

IBGE. **Censo Industrial de 1960. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. III, 1960.

\_\_\_\_\_. **Censo Industrial de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

\_\_\_\_\_. **IX Recenseamento Geral do Brasil**. 1980, CENSO AGROPECUÁRIO. Fundação Instituto Brasileiro de geografia e Estatística – V. 2, Tomo 3, Nº 20, IBGE: Rio de Janeiro, 1983-1984.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 60, 2000.

MACHADO, G. **Transformações na Paisagem da Bacia do Rio Marrecas (SW/PR) e Perspectivas de Desenvolvimento Territorial** (Tese de Doutorado), Programa de Pós Graduação em Geografia, FCT/UNESP: Presidente Prudente, 2009.

Recebido em 20/02/2013 - Aprovado em 10/06/2013